

X Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Liberdade acadêmica, produção e circulação de conhecimentos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O Congresso da Instrução (1883): análise sobre a atuação feminina e as proposições sobre a educação infantil.

MONÇÃO, Vinicius.

Cita:

MONÇÃO, Vinicius (2019). *O Congresso da Instrução (1883): análise sobre a atuação feminina e as proposições sobre a educação infantil*. X Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Liberdade acadêmica, produção e circulação de conhecimentos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vinicius.moncao.de.moraes/5>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pMdy/oOT>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O CONGRESSO DA INSTRUÇÃO (1883): A ATUAÇÃO FEMININA E AS PROPOSIÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB FOCO

Vinicius Monção¹

Início da década de 1880. A sociedade carioca seguia em discussões sobre a instrução pública oportunizadas por grupos diversos da sociedade civil, intelectuais, filantropos, religiosos e trabalhadores. Como era o caso das Conferências Populares da Freguesia da Glória, patrocinada pela Associação Promotora da Instrução (BASTOS, 2002; CARULA, 2007a, 2007b); clubes; sociedades literárias; conferências pedagógicas (BASTOS, 2003; SCHELBAUER, 2006; SCHUELER, 2005), associações de trabalhadores (COSTA, 2012), e entidades religiosas. Sociedades e Associações diversas que, dentre seus múltiplos fins, manifestavam-se também na questão da instrução (COLLICHIO, 1987; GONDRA, SCHUELER, 2008).

Muitos personagens estiveram inseridos na discussão, dentre eles, alguns que ocupavam cargos no Governo Imperial. Acolhendo as reivindicações e impulsionados por esses grupos, especificamente aqueles que estavam interessados em discutir projetos para direcionar os rumos da instrução pública no Império, organizaram-se para promover um congresso no Brasil que tratasse de questões da “instrução pública na Corte e nas províncias” (BRASIL, 1884, p. 1), aos moldes daqueles organizados por alguns países europeus e americanos (KULHMANN Jr. 2001; SCHELBAUER, 2006).

A Mesa do Congresso da Instrução, corpo responsável pela organização do evento, reuniu-se algumas vezes no decorrer do primeiro semestre de 1883, em prol da convocação dos pareceristas e de ajustes técnicos para a realização do evento. Foram convocadas 158 pessoas consideradas “homens bem-intencionados e verdadeiros amigos do progresso”. Eles exerceriam a função de pareceristas e relatores dos debates que seriam encaminhados no Congresso (BRASIL, 1884, s/p). Os relatores e pareceristas foram distribuídos entre as temáticas de acordo com suas inserções no assunto. Foram convocados para compor o corpo de discussão do Congresso os cidadãos que atuavam na esfera pública, via cargos e instituições públicas quanto em instituições privadas e

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: vinimoncaodois@gmail.com

particulares. Os convidados não foram limitados aos que moravam e atuavam na Corte, mas sim estendido a todos os cidadãos do território brasileiro.

Cada convocado estava incumbido de formular um parecer em que exporia sobre a questão que foi confiada. Deveriam apresentar “fatos atestados pelas estatísticas e relatórios concernentes à instrução pública e terminar por uma proposta que sirva de base às discussões e deliberações do Congresso” (BRASIL, 1884, p. 3).

Contudo, no decorrer do processo de organização e efetivação do Congresso, houve um percalço ocasionado por disputas políticas entre os parlamentares brasileiros. Dias antes de se iniciarem os trabalhos do Congresso “caiu o Gabinete Conservador e o Ministro do Império Pedro Leão Velloso”. Francisco Antunes Maciel (1836-1917) assumiu o cargo de Ministro e uma das suas primeiras iniciativas foi a de suspender a realização do Congresso (COLLICHIO, 1987). A justificativa para o ato foi a inexistência de verbas para a realização de um evento que seria dispendioso aos cofres públicos. Indicava que o financiamento não havia sido aprovado pelo Legislativo e, caso fosse, o Congresso seria realizado, o que não vingou.

Em resposta, Leôncio de Carvalho expôs que a alegação de ausência de suporte financeiro feito pelo então Ministro Maciel era infundada, já que o Imperador e a Mesa do Congresso já haviam se comprometido em financiar o evento. No entanto, Maciel estava irredutível em seu posicionamento. Segundo apontamentos de Collichio (1987), a negativa do Ministro do Império para a realização do Congresso da Instrução estava pautada no fato dele ser integrante do grupo liberal e, por razões políticas, negara para não promover a imagem do Governo Imperial que, por sua vez, estava em crise nesse período².

Mesmo com a dissolução da Mesa do Congresso da Instrução, os pareceres enviados antes da decisão no novo ministro do Império foram encaminhados para a impressão. Dentre os convocados, apenas 44 pareceres foram publicados, dos quais 28 discutem e propõem projetos voltados à instrução primária, secundária e profissional e 16 sobre a instrução superior. A compilação das *Actas e Pareceres do Congresso da Instrução* foi feita pela Tipografia Nacional em 1884. Infelizmente, o quantitativo total dos convocados não está indicado nas fontes localizadas e utilizadas neste trabalho.

² A década de 1870 é marcada, pela historiografia, como o período em que o Governo Imperial teve o declínio de sua legitimidade, dentre os grupos políticos, acentuada. Tal fato fora reforçado com as discussões sobre a escravidão, crises econômicas e fissuras no quadro político imperial. A educação no Império, em razão dos profundos problemas existentes, tornou-se fonte de denúncias e de disputas. Ver discussão em Alonso, 2002.

Dentre o universo dos convocados ao Congresso de Instrução apenas três eram mulheres. As professoras, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), que apresentou parecer sobre a 4ª questão do Congresso, “Organização dos Jardins da Infância”; Rosalina Pereira Frazão sobre a 5ª questão, “Classificação das escolas primárias. Disciplinas que devem ser ensinadas. Material escolar”; e Thereza Pizarro Filha, sobre a 15ª questão, a “Organização do ensino secundário para o sexo feminino”. Elas estavam como representantes do grupo de diretoras de instituições de ensino privado, professoras da instrução primária pública e professoras da instrução primária privada, respectivamente. Além dessas mulheres, Adelina Amélia Lopes Vieira, Luiza Ferreira de Sampaio e Belmira Amélia da Silva também foram convidadas, pelo Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte, para fazerem parte do Congresso (BRASIL, 1884). Porém, por motivo não identificado, não participaram.

A presença das três mulheres como pareceristas do Congresso da Instrução pode ser compreendida em conexão à inserção feminina no espaço público, principalmente no contexto educacional no decorrer do século XIX, a participação oportunizada pelo processo de escolarização desse grupo social. Elas participaram dos debates sobre a educação feminina e da “ampliação dos direitos das mulheres, professoras, escritoras, jornalistas e intelectuais, mulheres que exerceram variados ofícios no mundo das letras”, além da presença de homens articulados com a defesa da temática (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 207). Dentre elas, algumas “acionaram a pena visando ampliar sua participação na sociedade e reivindicando direitos, como o acesso à instrução e à educação formais” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 207; GARZONI, 2012; STASIO et al, 2016; SOIHET, ESTEVES, 2008). Em concordância com Schueler (2008), embora a participação delas no contexto das discussões públicas seja tímida, em relação à masculina, ela é relevante e demonstra a presença de mulheres nos “grupos de sociabilidade intelectual” do século XIX (SCHUELER, 2008, p. 12).

Ao se analisar a participação das três mulheres em um evento da grandeza, como pretendia ser o Congresso da Instrução, torna-se indispensável articulá-la ao processo de escolarização da população feminina, principalmente no decorrer do século XIX. Castanha (2015), a partir de dados obtidos nos relatórios do Império entre o período de 1837 a 1889, indica o avanço do número de matrículas de alunas e professoras que passaram a ocupar os espaços escolares públicos. Na Corte, em 1839, havia 340 alunas matriculadas e 6 professoras públicas; 1888 o número de alunas matriculadas saltou para 4.122 e o de professoras para 48 (CASTANHA, 2015).

Salvo as fragilidades relativas aos levantamentos estatísticos, em decorrência das dificuldades materiais, estrutura administrativa, tamanho territorial e até mesmo questões metodológicas (MARTIN, 2001), a leitura dos dados apresentados impõe três questões que necessitam ser levadas em consideração sobre o processo de escolarização desse grupo: 1) a superação de uma leitura e compreensão da escolarização feminina pautada na concessão da sociedade paternalista (THOMPSON, 2011) para uma perspectiva que reconheça e valorize a inserção de meninas e mulheres no ambiente escolar em função das pressões e demandas desta população por instrução; 2) o Governo Imperial e das Províncias interagiam com as demandas sociais oportunizando a criação dos espaços destinados para a instrução dessa população (SCHUELER, RIZZINI, MARQUES, 2015), incluindo a criação de leis e reformas que inseriram meninas e moças no mundo escolar (SCHUELBAUER, 2006) e também; 3) antes do processo de escolarização pela escola pública para meninas e a escola normal para moças, a educação obtida no seio da família, deve ser levada em consideração.

A participação dessas mulheres no cenário educativo, no contexto da segunda metade do século XIX, nos aponta para as mudanças de significado sobre o masculino e o feminino em curso no período. Novas identidades, papéis e funções sociais de homens e mulheres estavam em processo de construção e a escola desempenhou um importante papel no processo de constituição e consolidação de identidades, suas diferenciações e funções sociais pautadas sob a perspectiva de gênero. Podemos considerar, no caso da mulher, que a constituição de uma identidade moderna para a infância se interpôs à identidade feminina, inter-relacionando esses sujeitos e suas trajetórias.

Considero importante ressaltar que as categorias “feminino” e “mulheres”, mesmo no século XIX, não são formadas por grupos homogêneos, únicos, sem conflitos, pautado em uma suposta ideia de “natureza feminina” (GONDRA, SCHUELER, 2008). As demandas, pelas mulheres agentes, na esfera individual e também coletiva, estavam atravessadas por suas experiências inerentes a classe social, raça e pela própria categoria gênero. Pensar nas agências e nas experiências de mulheres no decorrer do século XIX a partir da perspectiva da interseccionalidade nos oportuniza perceber que as demandas sociais em pauta não eram homogêneas e sim heterogêneas; alguns pontos eram convergentes e outros contraditórios (PISCITELLI, 2008; MATTOS, 2011; HIRATA, 2014).

Maria Guilhermina, Rosalina, Thereza, Adelina, Luiza e Belmira, foram mulheres que se inseriram nas discussões e proposições do Congresso de Instrução via atuação no magistério. Pelo ofício lançaram-se e estabeleceram-se como escritoras, proprietárias de estabelecimentos

educativos, professoras, especialistas em determinada área do conhecimento, entre outras possíveis formas de atuação da mulher no período. Em alguns momentos corroboravam e noutros refutavam as ideias e os ideais da categoria social de mulher que estavam em voga e também sendo engendradas no decorrer do século XIX (GONDRA, SCHUELER, 2008).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. UFRN, 2002.
- _____. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886?). XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. UFPB, 2003.
- BRASIL. *Atas e Pareceres do Congresso da Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.
- CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007, 179f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas.
- _____. As conferências populares da Glória e a difusão da ciência, 2007. *Almanack brasiliense*.
- CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. *Revista História da Educação Online*, v. 19, n.º 47, set/dez., 2015, p. 197-212.
- COLLICHIO, Therezinha A. Ferreira. Dois eventos importantes para a História da Educação Brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. *Revista Faculdade de Educação*. 13, jul/dez, 1987, p. 5-14.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: entre a escolarização e a experiência*. São Paulo. (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de São Paulo, 2012.
- GARZONI, L. C. Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese (Doutorado em História Social), UNICAMP, Campinas, 2012.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social: revista da sociologia da USP*, v. 26, n.º 1, 2014, p. 61-73.
- KUHLMANN Jr, Moysés. O Jardim de Infância e a Educação de crianças pobres: Final do século XIX e início do século XX: In: MONARCHA, Carlos. (org). *Educação da Infância Brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação de análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n.º 41, 2001, p. 13-34.
- MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. 2011, Curitiba, s/p.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.º 2, jul./dez., 2008, p. 263-274.
- SCHLBAUER, Analete Regina. *Verbete: Método de Ensino Intuitivo*. 2006.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.º 3, p.379-390, set./dez.2005.

_____. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista Educação Pública*, n.º 17, 2008.

_____; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato Sequeira de. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Revista História da Educação*, v. 19, n.º 46, maio/ago., 2015.

SOIHET, Rachel; Esteves, Flávia Cópio. Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. In: Yolanda Lôbo; Lia Faria. (Org.). *Vozes femininas do Império e da República*. 1ªed. Rio de Janeiro: Quartet, 2008, p.145-169.

STASIO, Angela di; et al. *Dois dedos de prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Congresso da Instrução que seria realizado no Rio de Janeiro em 1883, sua estrutura administrativa, os debates e a participação de homens e mulheres intelectuais que atuavam de maneiras distintas na Instrução. Para este fim recorri as *Actas e Pareceres do Congresso da Instrução* (1884); como meio de identificar os debates e os personagens que atuaram no evento. Como aporte teórico e metodológico optei por me filiar as proposições e discussões que levam em consideração os sujeitos como agentes da história, que pela experiência deram sentidos e significados para suas pautas de lutas e embates sociais. Por fim, é possível considerar que o Congresso da Instrução de 1883 foi um evento de discussão pública, que tentou-se levar a cabo pelo Governo Imperial, e que buscava direcionar os rumos da Instrução Pública brasileira.

Palavras-chave: Congresso da Instrução de 1883. Instrução pública. Escolarização da primeira infância. História da educação.